

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.136 - RS (2019/0152886-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : PAULO ROBERTO SILVEIRA MARTINS (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça local que negou provimento ao agravo em execução de seu interesse.

O recorrente aponta a violação aos arts. 28 e 126 da Lei de Execução Penal insurgindo-se, em síntese, contra a decisão das instâncias de origem que deferiram o pedido de remição do trabalho do condenado na função de auxiliar de plantão de galeria, ao argumento de não constar do documento firmado pela administração do presídio a discriminação das atividades desenvolvidas, nem tampouco a jornada de trabalho.

Alega, ainda, negativa de vigência ao art. 619 do CPP, porquanto não foram analisados, pelo Tribunal de origem, os critérios estabelecidos nos arts. 28 e 126 da Lei de Execução Penal.

Requer o provimento da insurgência para afastar a remição, ou, subsidiariamente, pugna-se pela desconstituição do acórdão prolatado em sede de embargos declaratórios, para que outro seja proferido com a análise das alegações suscitadas naquela via.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 110-113) e admitida a irresignação, ascenderam os autos a esta Corte (e-STJ fls. 115-125).

Nesta Corte, o Ministério Público Federal se manifestou pelo provimento do recurso (e-STJ fls. 138-142).

É o relatório.

Decido.

O recurso não merece acolhida.

Depreende-se da análise dos autos que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou provimento ao agravo em execução penal interposto pelo *Parquet* e manteve a sentença que deferiu ao apenado a remição de 94 (noventa e quatro) dias de pena, na função de plantão de galeria.

O recorrente se insurge contra a decisão que deferiu o pedido de remição alegando que no documento firmado pela administração do presídio não consta a discriminação das atividades desenvolvidas, nem tampouco a jornada de trabalho, requisitos necessários para o deferimento.

Inicialmente, não há falar em omissão no aresto proferido em embargos declaratórios, de modo a caracterizar ofensa ao art. 619 do CPP.

De outra parte, a Corte de origem, ao negar provimento ao recurso, asseverou (e-STJ fls. 59-61):

(...) O art. 126, caput, da LEP preceitua que o preso que cumpre pena no regime fechado ou semiaberto poderá remir sua pena, por trabalho ou estudo.

Não faz distinção o referido dispositivo, todavia, acerca a natureza do trabalho, se interno ou externo ao Presídio, bem como se exercido de forma remunerada ou não, ou ainda, se em empresa privada ou não, para fins de remição.

No caso dos autos, o apenado teve atestada a sua atividade de Auxiliar de Galeria pela administração da Casa Prisional (fl. 08), não havendo óbice legal para a concessão do benefício.

(...) De registrar, que, ao não reconhecer o certificado de horas trabalhadas lavrado pela administração da Casa Prisional, seria como admitir que a Instituição estaria praticando ato de falsidade - ao atestar atividade não realizada pelo preso -, o que importaria àquela a devida penalização pelo ato, mediante a instauração de Inquérito Policial para fins de apuração de conduta criminosa.

Verifica-se que restou assentado no acórdão recorrido que o apenado teve reconhecido o exercício da atividade de auxiliar de galeria pela administração do presídio.

Nesse contexto, desconstituir o entendimento firmado pela Corte *a quo*, de modo a concluir pela não comprovação dos requisitos previstos na lei de execução penal para a remição do trabalho, demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório, vedado em sede de especial, *ut* Súmula 7/STJ.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO ESTUDO. COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. CERTIFICAÇÃO PELA AUTORIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

I - As instâncias ordinárias afirmaram que o apenado preencheu os requisitos para remição pelo estudo e que a exigência de certificação pela autoridade educacional foi devidamente suprida, pois 'é perceptível, em todos os documentos acostados aos autos, que a autoridade educadora não deixa de ser indicada, havendo a assinatura de agente penitenciário apenas para fins de organização'(fl. 74).

II - A alegação da parte agravante, no sentido de que o requisito exigido pelo art. 126, § 2º, da Lei de Execução Penal não foi devidamente preenchido, reclama incursão no acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento vedado pela Súmula n. 7 desta Corte.

Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 882.538/RN, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 10/08/2017 - grifo nosso).

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. REMIÇÃO. ART. 126 DA LEP. ATIVIDADES DE ARTESANATO. HORAS TRABALHADAS. FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DE RETRIBUIÇÃO ECONÔMICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO PROFERIDO EM HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de Justiça manteve a remição em virtude de trabalho artesanal desenvolvido pelo apenado nos meses de agosto a novembro de 2012, porquanto a atividade foi devidamente atestada pelo Coordenador da respectiva Unidade Prisional.

2. Para afastar a idoneidade da certidão ou reconhecer eventual falha na fiscalização exercida pelos agentes públicos seria necessário o reexame de fatos não delineados no acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

[...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 509.311/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 16/02/2017 - grifo nosso).

Ante o exposto, forte no art. 255, § 4º, incisos I e II, do RISTJ, **conhece-se em parte e, nessa extensão, nega-se-lhe provimento ao recurso.**
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator